

A Mídia e o Sujeito Amazônico: da alteridade ao hibridismo

Klondy Lúcia de Oliveira Agra*

Faculdade Interamericana de Porto Velho – UNIRON

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| 1 A Mídia na Amazônia | 2 |
| 2 O Discurso, a Construção do Sentido e a Mídia | 4 |
| Considerações Finais | 9 |
| Referências Bibliográficas | 10 |

Resumo

Este artigo procede de análise e observação das diversas mídias que veiculam na Amazônia brasileira. Um estudo que visa uma imersão nesse espaço a fim de observar seus efeitos na cultura do amazônida e a importância desse veículo no desenvolvimento da região. Essa preocupação consiste no fato de que a cultura dessa região vem sendo violentamente modificada e que a mídia tem influenciado fortemente para isso, na medida em que tenta criar, ainda que ilusoriamente, uma única identidade, estável e homogênea numa região tão rica em diversidades.

*Mestre em Linguística pela UNIR – Professora da UNIRON. Pesquisadora do GELLSO (Estudos Linguísticos, Literários e Socioculturais) – UNIR e do NEC (Literatura, Educação e Diversidade: Interfaces Brasil-Canadá) – UNIR – (klondy2@gmail.com).

Palavras-chave: Mídia, Sentido, Desenvolvimento Regional.

Abstract

In this article I analyze the various Medias in the Brazilian Amazon. An immersion in this space in order to verify how is giving this mixture of cultures through these mediums, influences and importance. The concern when making this study on the media in the Brazilian Amazon, its effect on culture Amazonian and the importance of vehicle development in the region, consist in the fact that the culture of this region has been violently altered and that the media has influenced strongly for this, as it tries to create, even illusionary, a single identity, stable and homogeneous in a region so rich in diversity.

Key-words: Media, Sense, Regional Development.

Introdução

A cultura da Amazônica brasileira vem recebendo informações do Brasil e do mundo que influenciam o modo de vida das pessoas e trazem à região uma gama de novas informações e conhecimentos que transformam

não só o cenário amazônico como os sentidos de seus habitantes e seus pontos de vista.

Este estudo, *A mídia e o sujeito amazônico: da alteridade ao hibridismo*, visa uma imersão nesse espaço com vistas a verificar como vem se dando esta mistura de culturas através da mídia, sua influência e sua importância no desenvolvimento dessa região brasileira.

A preocupação ao fazer este estudo sobre a mídia da Amazônia brasileira, seus efeitos na cultura do amazônida e a importância desse veículo no desenvolvimento da região, consiste no fato de que a cultura dessa região vem sendo violentamente modificada e que a mídia tem influído fortemente para isso, na medida em que tenta criar, ainda que ilusoriamente, uma única identidade, estável e homogênea numa região tão rica em diversidades.

Após pesquisa bibliográfica sobre as variadas Mídias que são ofertadas na região Amazônica brasileira, a História dessa região em seus vários recortes, o discurso e o sentido culturalmente construído, fiz o fichamento de livros e artigos de interesse à pesquisa.

A seguir, analisei sobre a cultura amazônica, seus sentidos culturalmente construídos e a possibilidade da construção de novos sentidos através da audiência às diferentes mídias.

À procura de atingir o objetivo principal, inicialmente, procurei identificar as variadas mídias (rádios, TVs, jornais e revistas) e programações oferecidas, o histórico dessas mídias e programas, e a possibilidade de haver ou não a apropriação ou a reavaliação de sentidos pelo amazônida, o que o conduziria a mudanças culturais, para em seguida, ana-

lisar os dados e elaborar o texto final, com resultados e conclusão.

Com este estudo reconhecemos que o interlocutor amazônico cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das formações discursivas (FDs) que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que palavras ou idéias são produzidas.

Ademais, tudo que a mídia oferece ao interlocutor é visto e mostrado a partir da perspectiva dessa mídia, do seu ângulo de visão. Dessa maneira, pode-se dizer que a história é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte. Fazendo com que os mecanismos culturais e simbólicos se exerçam sobre a população receptora, a partir desse contato, que permitirá um cosmopolitismo impingido de fora para dentro, que vai produzir conseqüências em nível das representações sociais.

A Alteridade – qualidade de ser o Outro ou o Diferente em oposição à identidade individual do Ser ou do Mesmo – tem sido constantemente reavaliada na cultura amazônica, através dos meios de comunicação.

Desse modo, reconhecemos que o *hibridismo cultural* formado por novos sentidos, valores e pontos de vista constrói o sujeito amazônico. Não se trata apenas de influências de outras culturas, mas, sim, de questões de representação e lugar, linguagem e território.

1 A Mídia na Amazônia

O jornal foi a primeira mídia a ocupar a Amazônia brasileira, com a impressão da *Gazeta do Pará* (sua primeira edição data de janeiro de 1821). Editado e impresso

em Portugal com características áulicas: valorizava as notícias da Corte Portuguesa e era distribuído em igrejas e alfândegas de Belém.

Em 22 de maio de 1822, surgiu o jornal que serve de marco inaugural à imprensa livre do Norte do país: *O Paraense*. Após esse histórico jornal, vários outros grandes jornais vêm ocupando espaços na Amazônia brasileira.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, em seu livro *História da Imprensa no Brasil* (1999), com a redemocratização do País, após 1985, a imprensa recupera parte do seu papel de informar, sem as restrições dos censores oficiais e a liberdade passa a ser limitada pelos interesses econômicos das empresas jornalísticas. Ademais, Sodré afirma: “É a fase em que o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente”.

No início de 1927, o rádio iniciou sua caminhada na Amazônia brasileira. Um século após o lançamento do primeiro jornal na Amazônia, o rádio foi uma das grandes novidades do início do século 20.

Com o objetivo inicial de transmitir aos municípios do interior dados e informações atualizadas das cotações e valorizações dos produtos naturais nas bolsas internacionais, a situação da moeda brasileira e o câmbio exterior, o horário de chegada e saída das embarcações e as realizações do Governo estadual, rapidamente, as emissoras de rádio passaram a servir, também, a interesses políticos.

Sanadas as dificuldades iniciais de instalação, as emissoras de rádio se propagaram por toda a Amazônia e se tornaram eficientes meios de comunicação.

Na década de sessenta, no restante do país,

a televisão estabelecia-se. Estavam sendo instaladas estações repetidoras e canais de microondas, surgindo as redes de televisão com a programação centralizada no Rio e em São Paulo. Emissoras passaram a exibir programações nacionais.

No *Panorama Evolutivo de Mídia* (1970 – 1979:12), afirma-se que “o impulso final viria com a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações que previa a instalação de pelo menos um canal em toda capital ou grande cidade, visando a integração de todo País”.

A televisão foi vista, então, como o melhor meio de comunicação para representar essa espécie de integração, de acordo com Caparelli (1982:34) porque refletia a acumulação e concentração de capital, era formada por um oligopólio da indústria da informação, estava situada num país dependente e tendia a reproduzir internamente as disparidades em nível internacional. De um lado, a importação dos padrões norte-americanos de programação reforçava as tendências e legitimava a própria dependência; do outro, a televisão servia aos interesses dos grupos dominantes e, sob rígida censura, legitimava a política econômico-financeira do Governo e reforçava os valores da coalização dominante do poder pós-64.

Com o objetivo da integração, no início dos anos 70, o governo militar começou a colocar em prática seu plano de ação. Época que a *Rede Globo* expandia-se no território nacional e os presidentes Médici e Geisel traçavam suas políticas integracionistas e voltavam o olhar para o Norte. Apesar de Kehl (1980) afirmar que essa integração foi a imposição do certo e errado sob a ótica do governo e o rompimento das tradições re-

gionalistas, este período foi o marco do desenvolvimento da Amazônia.

Na década de 70 a Rede Amazônica instalou-se na região¹. Pode-se constatar em documentos levantados da época e descritos no livro de Abraham Baze (2002:145), em especial, nos discursos proferidos pelo fundador da Rádio e TV do Amazonas, Sr. Philippe Daou, a grande conotação política a serviço do regime militar.

O Professor e jornalista Jacques Wainberg (2001:236), dedica um capítulo de seu livro *Casa grande e Senzala com Antena Parabólica* a falar sobre o processo comunicacional na região amazônica. Ele explica que as “redes comunicacionais são pré-requisitos à fixação do ser humano no espaço, à superação do isolamento e da solidão e ao desenvolvimento da vida comunal”.

Observamos, através deste estudo que, embora haja grande número de meios de comunicação e proprietários na Amazônia brasileira, há pouca diversidade na apresentação dos fatos aos leitores/espectadores. A notícia é apresentada de acordo com interesses pré-estabelecidos, à procura da ma-

¹ Hoje, fazem parte dessa Rede, a TV Amazonas, TV Acre, TV Rondônia, TV Roraima, TV Amapá e um canal de sinal fechado denominado *Amazon Sat* (além de um site denominado Portal Amazônia.com). A Rede Amazônica possui a concessão em cinco dos sete estados Amazônicos da Região Norte. Apesar desta forte hegemonia, em termos populacionais estes cinco estados representam pouco em termos populacionais. Segundo fontes da Superintendência Comercial da Rede Globo (SUCOM), a soma populacional dos cinco estados que compõe a Rede Amazônica totalizam 5.788.433 habitantes, enquanto que Pará e Tocantins somam 7.565.286. Mesmo assim, não se pode negar a forte influência e domínio da informação e dos investimentos publicitários que a Rede Amazônica detém.

nipulação dessa audiência, isto é, utiliza em demasia a ideologia compartilhada².

2 O Discurso, a Construção do Sentido e a Mídia

O discurso, tal como o compreendemos, define-se como um processo de articulação entre o domínio lingüístico e o campo social (apreendido pela história). Segundo a Análise de Discurso de linha francesa (AD), o discurso é o espaço onde a ideologia se manifesta e se materializa, produzindo sentidos para e entre seus sujeitos. Baseando-se na confluência de três grandes áreas do conhecimento científico (a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise), a AD fundamenta-se como o estudo da linguagem enquanto "lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade"(BRANDÃO, 1991/1997: 12).

Em busca de entendimentos sobre o discurso, chega-se a Foucault (1986:135) e ao que ele chama “discurso”³: “um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva” e observa-se, também (Foucault, 1986:114), que o papel do locutor enquanto sujeito do discurso não necessita ser concebido como idêntico ao autor da formulação.

Ainda, segundo Foucault (1986:119-20), “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é

² A ideologia compartilhada frequentemente trabalha para obscurecer alguns temas em lugar de clarificá-los. (Cf. in AGRA, Klondy; 2009, p. 02).

³ Essa é uma das inúmeras definições de discurso, presentes na obra *A Arqueologia do saber*, Foucault, 1986.

a posição que pode ou deve ocupar todo indivíduo para ser o seu sujeito”. Vê-se que na fala o sujeito apropria-se – ou não – de um objeto histórico e simbólico – o discurso do outro – para exercer as funções de sujeito, de autor em meio à textualidade já existente, que organiza, administra e constrói as suas instituições através de processos discursivos próprios.

Ainda em Foucault (1986), o discurso é concebido como uma dispersão em, pelo menos, dois aspectos: no sentido de um conjunto de enunciados que, apesar de não ligados por princípios de unidade, possuem certas regularidades e na rejeição de uma concepção unificante do sujeito, uma vez que este se apresenta como "uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos"(Brandão, 1991/1997: 30).

Em outras palavras, o sentido não pode ser considerado como próprio a um determinado enunciado, independente do contexto e das condições sócio-históricas em que foi produzido ou do sujeito que o proferiu. Segundo Orlandi (1999/2000: 42-43), "as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam".

De acordo com Althusser (1985), a ideologia expressa "sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe"(1985/1998: 82) e, desta forma, busca, por meio de aparelhos repressivos e ideológicos reguladores das práticas dos indivíduos que formam uma sociedade, a perpetuação ou a reprodução das relações de produção/ exploração.

Para tanto, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos, isto é, a fim de assegurar seu funcionamento, ela promove o assujeitamento do sujeito enquanto sujeito ideológico que, com a impressão de estar exercendo sua

própria vontade, acaba sendo conduzido por ela. A ideologia caracteriza-se, enfim, por sua dissimulação no interior de seu próprio funcionamento, colaborando na constituição do sujeito e na produção dos sentidos.

Considerando as idéias althusserianas e os conceitos de Foucault acerca do discurso e da formação discursiva, Pêcheux (1975) elabora suas próprias noções de formação discursiva (FD) e formação ideológica (FI). Formada a partir de condições de produção (CP) específicas, uma FD, conforme dito anteriormente, determina tudo "o que pode e deve ser dito"pelos falantes de uma língua em uma dada formação ideológica que, por sua vez, define-se como um elemento (...) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras (Pêcheux e Fuchs, 1975/2001: 166).

A ausência de delimitações precisas entre as fronteiras que separam uma FD de outra(s) faz com que elas apresentem, muitas vezes, conflitos dentro delas mesmas e entre si. Esta inscrição entre diversas FDs acontece exatamente pelas formações ideológicas que as circundam e as abrangem. Em outras palavras, são as FIs que, constituídas pela interligação de diferentes FDs, possibilitam que um determinado sentido seja apreendido e não outro. Além disso, para que a reprodução das relações de produção seja efetiva, as FIs fazem uso de mecanismos de interpelação ou de assujeitamento do

sujeito como sujeito ideológico. Um sujeito cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida.

Na articulação destas teorias percebe-se, ainda em Pêcheux (1983), que o discurso, governado por FIs diversas, é entendido como uma estrutura na qual surgem os acontecimentos, ou seja, baseando-se na opacidade da linguagem, ele é construído dentro de uma conjuntura sócio-histórica, evocando memórias e sentidos já produzidos em outros lugares, por outros sujeitos e em outros momentos.

Atravessado pela dispersão do sujeito, o discurso se define, devido às contradições de classe nele presentes, como heterogêneo, apesar de buscar, sempre, certa homogeneidade discursiva, transparência e imutabilidade em sentidos sobre os quais atuam diversos mecanismos ideológicos para que efeitos de naturalidade sejam obtidos. Sem se dar conta da possibilidade de passagem de uma FD a outra, da heterogeneidade que se inscreve no seu discurso, o sujeito tem a ilusão de ser o "dono" do seu discurso, capaz de marcar exatamente o que é seu e o que é do outro⁴. Ele não percebe que este Outro está, invariavelmente, sempre presente em seu discurso, constituindo-o. Assim, ele "pensa controlar a própria ideologia, quando, na realidade, ele contribui significativamente para a perpetuação da luta de classes que serve aos propósitos da ideologia" (Dugaich, 1993: 20).

Esta noção de heterogeneidade como

⁴ Cf. Authier-Revuz (1982): Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

constitutiva de todo discurso também encontra respaldo em Bakhtin ao compreender a língua (considerada um fenômeno histórico e social) como (e conseqüentemente) um fenômeno ideológico e ao tomar a enunciação como unidade básica de análise, ele afirma, como já vimos anteriormente, que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto e que de fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis (Bakhtin, 1999: 106).

A partir deste princípio, pode-se concluir que tudo o que é dito pode ter um sentido diferente dependendo do contexto social no qual isto é feito. Cada contexto constrói seu sentido (subjeto) para cada palavra ou grupo de palavras pronunciadas. A palavra possui, desta forma, um caráter plurivalente.

Segue-se que, assim como a língua, o sujeito também é construído histórico, social e ideologicamente: o sujeito se constitui ouvindo e assimilando as palavras e os discursos do outro (sua mãe, seu pai, seus colegas, seus professores, sua comunidade etc.), fazendo com que estas palavras e discursos sejam processados de forma que se tornem, em parte, as palavras do sujeito e, em parte, as palavras do outro (MENEZES DE SOUZA, 1995: 22).

Este é o princípio do *dialogismo* (condição constitutiva do sentido), em que tudo o que é dito pressupõe um Outro: toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (BAKHTIN, 1999: 98).

Desta forma, o sujeito nunca detém a

origem do seu dizer e só pode ser concebido, só se percebe nas relações que o ligam ao Outro: o Outro é considerado constitutivo de seu discurso. Uma vez imbricado em seu meio social e permeado e constituído pelos discursos que o circundam, o sujeito está sempre em conflito, nunca em harmonia. É, portanto, um sujeito híbrido, uma arena de conflito e confrontação dos vários discursos que o constituem, sendo que cada um desses discursos, ao confrontar-se com os outros, visa a exercer uma hegemonia sobre eles (MENEZES DE SOUZA, 1995: 22).

O princípio do dialogismo e a heterogeneidade discursiva, produzida pela dispersão do sujeito e pelo deslocamento das FDs "conforme os embates da luta ideológica" (Brandão, 1991/1997: 72), remetem-nos ao conceito de interdiscurso que, postulado por Pêcheux (1975; 1988), colabora na definição das FDs. Segundo este autor, um discurso é o resultado da relação/diálogo que mantém com outros discursos, não existindo o chamado "discurso puro". Dessa forma, é no interdiscurso que os sentidos são constituídos. Nele, existe o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 1999/2000: 31).

Nessa perspectiva, o interdiscurso pode ser definido como um espaço que, composto por diversas FDs e, conseqüentemente, FIs, disponibiliza que inúmeras formulações já feitas (e esquecidas) sejam repetidas e que, dadas as novas CPs, novos sentidos sejam produzidos neste processo. Orlandi (1999/2000: 43) ainda afirma que, na realidade, as FDs podem ser vistas como regionalizações, como "configurações específicas dos discursos em suas relações". O in-

terdiscurso incorpora elementos externos a uma dada FD e os insere em uma linha de continuidade interna, também chamada de ordem do discurso por Foucault (1971).

Em seu primado sobre o discurso, o interdiscurso procura ouvir o "não-dito" naquilo que é dito. Pêcheux (1975) contribui para esta discussão afirmando que o interdiscurso é afetado pelo esquecimento, melhor dizendo, por dois tipos de esquecimentos. O primeiro é o da instância ideológica, o qual cria, no sujeito, uma ilusão constitutiva, aquela de que ele é a origem do seu dizer: que o que ele diz é novo, nunca fora dito antes. De natureza inconsciente, este tipo de esquecimento configura o próprio processo de interpelação do sujeito. O esquecimento número dois é o da ordem da enunciação, o qual estabelece que não existe uma forma única para o dizer, que sempre pode ser dito de outra maneira, sempre pode ser outro. Assim, por saber que o que diz pode ser interpretado e compreendido de diversas maneiras (pela própria inclusão do Outro em seu discurso), enfim, por não se constituir como a fonte do sentido, o sujeito conscientemente reformula seu dizer, na tentativa de expressar suas idéias mais adequadamente, da forma mais precisa possível. Estes esquecimentos são, contudo, necessários para que os sujeitos funcionem e os sentidos sejam produzidos. Podemos, então, dizer que sujeitos e sentidos significam na medida em que retomam palavras e expressões já-ditas e, ao conferir-lhes novas interpretações, proporcionam também um eterno movimento ao processo de significação.

Após leituras sobre a semântica (ILARI E GERALDI, 1992; FERRAREZI, 2003; KEMPSON, 1980; FILMORE, 1977 e outros) e a concordância com os itens discuti-

dos anteriormente de que o sentido é construído culturalmente, volta-se a Benveniste (1996) que afirma: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em posição do locutor, Benveniste levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo.

Ao levar-se em conta a questão levantada por Benveniste a respeito da relação entre o locutor, seu enunciado e o mundo, leva-se em conta também o estudo feito por Raccah (2002) denominado *A Semântica dos Pontos de Vista*, no qual o autor propõe e defende uma aproximação das relações entre a pragmática, a semântica e a cognição, aproximação que, segundo ele, é a mais adequada para uma teoria científica das línguas e, em particular, aos fenômenos da construção dos sentidos.

Pierre-Yves Raccah faz digressões sobre o que se pode ver e como se pode ver as coisas, fazendo-nos reafirmar a teoria de que o sentido de um enunciado não é percebido, é construído, ou seja, a interpretação se dá com o conhecimento do contexto e do cenário, como já explicitamos anteriormente. Raccah (2002:69) exemplifica sua teoria e conclui:

[...] cada enunciado, por mais que utilize as mesmas palavras, evoca pontos de vista que pertencem à cultura de uma comunidade lingüística, ou melhor da comunidade lingüística a que pertence o falante. Assim, vê-se in-

diretamente o papel das representações coletivas na construção de uma realidade que constitui o objeto do discurso.

Assim, em vez de se pretender descrever o significado como núcleo lógico de um sentido subjetivo, convém considerar o significado como instrução (objetiva) para a construção do sentido (subjetivo)⁵. [Minha tradução]

Situando um dos objetivos deste estudo, a construção de sentidos através das diversas mídias na amazônia, com a teoria de Raccah, ainda observa-se o seguinte pensamento:

Desta maneira, vê-se o falante como um manipulador que, utilizando sua língua como ferramenta, empurra (ou tenta empurrar) o ouvinte a construir um sentido subjetivo, que o próprio falante só pode vislumbrar, mais ou menos, em função do seu conhecimento da subjetividade do ouvinte⁶. [Minha tradução]

⁵ “[...] cada enunciación, por las palabras mismas que utiliza, evoca puntos de vista que pertenecen a la cultura de una comunidad lingüística y respecto a los cuales el hablante tiene la facultad de pronunciarse. Asimismo, hemos visto indirectamente el papel de las representaciones colectivas en la construcción de una realidad que constituye el objeto del discurso.” (In Letras de Hoje, 129, 2002:69)

⁶ “De esta manera, se ve al hablante como un manipulador, quien, utilizando su lengua como herramienta, empuja (o intenta empujar) al oyente a construir un sentido subjetivo, que el hablante mismo sólo puede vislumbrar más o menos, en función de su conocimiento de la subjetividad del oyente.” (In Letras de Hoje, 129, 2002:70)

Observa-se, então, que o homem amazônico ao acompanhar os meios de comunicação, modifica seus valores culturais, gerando impressões destes valores em sua mente, o que lhe torna possível um construto cultural compartilhado que o leva a representações subjetivas, pessoais, sobre a cultura de outras regiões. A respeito desse construto, Ferrarezi Jr. (2003)⁷ comenta:

Os sentidos se constroem culturalmente, e tudo o que é construído culturalmente é, obrigatoriamente, vinculado a valores culturais. Por isso mesmo os sentidos expressam, além de suas ações referenciais, valores culturais e, por isso, geram uma *impressão* desses valores nas mentes dos falantes. É a partir dessas impressões de valores que construímos nossas representações. Mas, elas – as impressões de valores culturais – não são as representações, pois elas são, ainda, somente um construto cultural e compartilhado, e as representações são subjetivas, pessoais.

Assim, reconhecemos então que, a mídia tem importante papel na construção do jogo discursivo. O leitor, ouvinte ou telespectador cria sentidos a respeito de uma determinada palavra ou idéia a partir das FDs que o constituem e das posições ideológicas que ele assume no processo sócio-histórico em que esta palavra ou idéia foi produzida. Além disso, através desses meios de comunicação que, também, privilegiam a cena

⁷ Ferrarezi Jr., Celso (2003a). “A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário”. “(mimeo)”. Texto fornecido no curso de Mestrado em Lingüística.

em detrimento da simples narrativa ou do sumário⁸, tudo é visto e mostrado a partir da sua perspectiva, de seu ângulo de visão. Dessa maneira, pode-se dizer que a história é construída, reconstruída e, até mesmo, desconstruída a partir de um recorte.

A mídia mostra, portanto, aos interlocutores a sua versão dos fatos nacionais e internacionais, construindo a sua história sobre a nação (BHABHA, 1990; HALL, 1998; BENJAMIM, 1985/1994). Em outras palavras, é o que a mídia expõe quem autoriza (e legitima) o que se convencionou chamar de “história oficial”, reforçando alguns acontecimentos e abafando outros que devem, por diversos motivos, ser esquecidos. Transformando experiências pessoais em públicas, uma vez que ela recorre ao acervo disponível, ela atua como um sábio e, sem poder ser questionada, dá seus conselhos e contribui para a criação de uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1983; 1989), ou seja, a invenção de uma visão do mundo.

As diversas mídias aproveitam-se, ainda, de seu papel, pois realizam sua tarefa com grande maestria: relatam experiências e, passando-as de pessoa a pessoa, aproximam-se de seu interlocutor, que se sente atraído por um sentimento de intimidade.

Considerações Finais

Pode-se dizer, portanto, que os meios de comunicação são responsáveis pela construção de sentido (s), ou seja, pela construção de novos sentidos que se sobrepõem aos sentidos construídos na cultura local, gerando novos significados e com eles novos pontos

⁸ Cf. Friedman, 1967.

de vista. A esse fenômeno de novos sentidos que se sobrepõem a sentidos já existentes Bakhtin (1999:135) chama de re-visão e faz algumas considerações: “... a mudança de significação é sempre, no final das contas, uma **reavaliação**: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro.” Desse modo, compreende-se que a evolução do tema e das significações que os meios de comunicação fornecem ao seu interlocutor é a transformação da própria apreciação social. Sobre a transformação da apreciação social e a mudança de sentido, Bakhtin (1999:136) comenta: “A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social [...]”

Compreende-se, desse modo, que o homem amazônida, com novos sentidos culturalmente construídos, passa a ler a sua própria vida sob novos pontos de vista.

Ademais, a partir do momento em que o amazônida, por meio da mídia, lê e interpreta cenários com sentidos construídos em outra cultura e começa orientar-se em relação a ela, tomando para si novas significações, ele começa também a modificar sua própria cultura. Desse modo, a contribuição dos meios de comunicação para a cultura local é inquestionável, pois, à medida que novos sentidos sobrepõem-se aos sentidos construídos na cultura amazônica, a comunidade adquire novos pontos de vista e com essa aquisição há toda uma interferência no seu modo de vida e em seus valores culturais.

Fazendo, desse modo, com que os mecanismos culturais e simbólicos se exerçam sobre a população receptora, a partir desse contato, que permitirá um cosmopolitismo impingido de fora para dentro, que vai produzir

conseqüências em nível das representações sociais.

A Alteridade – qualidade de ser o Outro ou o Diferente em oposição à identidade individual do Ser ou do Mesmo – tem sido constantemente reavaliada na cultura amazônica, através da mídia.

Reconhecemos, portanto, que o *hibridismo cultural* formado por novos sentidos, valores e pontos de vista constrói o sujeito amazônico. Não se trata apenas de influências de outras culturas, mas, sim, de questões de representação e lugar, linguagem e território.

Em outras palavras, trata-se de uma matriz cultural comum, formada por uma participativa comunidade interlocutora, indígena, ribeirinha, urbana, em processo de construção e reconstrução.

Devido a essa enorme importância da mídia à cultura local e ao desenvolvimento regional, é imprescindível que Universidade e Centros de Pesquisa desenvolvam projetos e programas a fim de manter especificidades culturais amazônicas. Pois, à medida que novos sentidos sobrepõem-se aos sentidos construídos nessa cultura, a comunidade amazônica adquire novos pontos de vista e com essa aquisição há toda uma interferência no seu modo de vida e em seus valores culturais. Trazendo, com isso, a perda de saberes e valores regionais, formando sujeitos que proporcionam um questionável desenvolvimento a essa região.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. (1983). *Nação e Consciência Nacional*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. (1989). São Paulo: àtica.

- ALTHUSSER, L.(1985). Aparentes Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Trad. De Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro (1988). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- BAKHTIN, Mikhail / VOLOCHINOV (1999). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BAZE, Abrahim (org.) (2002). *História Rede Amazônica*. Manaus: Editora Valer / Instituto Cultural Fundação Rede Amazônica.
- BRANDÃO, H. H. N. (1991). *Introdução à análise do discurso*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- CAPARELLI, Sérgio (1982). *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM.
- DUGAICH, C. M. (1993). *A Estrutura Argumentativa do Discurso Político: Uma análise da heterogeneidade do pronunciamento de posse do Presidente Kennedy*. Dissertação de Mestrado. PUC - São Paulo.
- FERRAREZI Jr., Celso (2003). “A especialização dos sentidos: palavra, contexto e cenário”. “(mimeo)”.
- FOUCAULT, Michel (1986) *A Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense.
- ILARI, Rodolfo e GERALDI, João Wanderley (1992). *Semântica*. Série Princípios. São Paulo: Ática.
- KEHL, Maria Rita. *Um só povo, uma só cabeça, uma só nação*. In: CARVALHO, Elisabeth e outros (1980). *Televisão: anos 70*. Rio de Janeiro: Europa Gráfica e Editora.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T.(1995). *O conflito de Vozes em Sala de Aula*. In: Coracini, M. J. (org.) *O Jogo Discursivo na Aula de Leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. (1986) A análise do discurso: algumas observações. In: D.E.L.T.A., vol. 2, n.º 1, p. 105-126.
- _____. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. et al. (1988) *Sujeito e Texto*. Cadernos PUC – 31. São Paulo: EDUC.
- _____. (org.) (1990). *Terra à vista!:* discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez.
- _____. (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. (org.) (1993). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. E FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) (1983)

Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. De Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

PÊCHEUX, M. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Trad. De Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

RACCAH, Pierre Yves (2002). “La Semantica de los puntos de vista: Hacia una teoria científica y empírica de la construccion del sentido”. In: *Letras de hoje.* Porto Alegre: PVC/RS. n° 129, pp. 45-72.

SODRÈ, Nelson Werneck (1999). *História da Imprensa no Brasil*, 4ª edição, Mauad, São Paulo.

WAINBERG, Jacques (2001). *Casa Grande e Senzala com Antena Parabólica: Telecomunicações e o Brasil.* Porto Alegre: Ed. da PUC.